

## IEPHA/MG realiza seminário internacional

Pesquisadores, professores, alunos e profissionais que atuam na defesa do patrimônio cultural do Brasil e do mundo se reuniram para discutir o tema "paisagem cultural como patrimônio".



\_\_\_ Páginas 04 e 05

## Agradecimento



Walter Florêncio recebe medalha de Comenda dos Emboabas em Piranga.

\_\_\_ Página 09

## Rodada ICMS



\_\_\_ Página 09

## Bens Tombados



\_\_\_ Página 12

Mala Direta Postal  
Básica

9912261467/2010  
IEPHA/MG

\_\_\_CORREIOS\_\_\_

## Palavra do Presidente



Em 30 de setembro, o IEPHA/MG completou 43 anos de serviços prestados ao estado de Minas Gerais, protegendo, preservando e promovendo nosso riquíssimo patrimônio cultural. Um dos primeiros órgãos estaduais a ser criado no país com o objetivo de proteger seus bens culturais, com o empenho e dedicação de seus servidores o IEPHA conquistou respeito, sendo considerado uma importante referência na preservação do patrimônio no Brasil. Parabéns a toda equipe que fez e faz do IEPHA/MG um orgulho para Minas Gerais.

Durante o período de julho a outubro de 2014, por restrições da legislação eleitoral, as atividades de divulgação de nossas ações estiveram suspensas, mas o IEPHA deu prosseguimento à sua atuação preservando, promovendo e valorizando nosso patrimônio cultural.

Novos bens foram incorporados aos bens protegidos pelo estado de Minas Gerais. O Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Ferroviário de Ribeirão Vermelho, o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Fazenda Santa Clara, em Santa Rita de Jacutinga, e o Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Arqueológico do Antigo Quartel do Regimento da Cavalaria de Minas Gerais (antigo Colégio Dom Bosco), no distrito de Cachoeira do Campo, em Ouro Preto, tiveram sua proteção garantida após avaliação e aprovação unânime do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural – CONEP.

Na área da promoção, 294 agentes e promotores culturais de cerca de 200 municípios mineiros estiveram em Belo Horizonte para a Rodada do ICMS Patrimônio Cultural que, nessa edição especial, contou com a participação da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais, da Associação Mineira de Municípios e da Associação das Cidades Históricas de Minas Gerais, que ajudaram a esclarecer temas importantes para atuação dos municípios na tarefa de proteger seus bens culturais.

Uma importante ação ocorrida durante esse período foi o Seminário Internacional “Paisagem Cultural como Patrimônio”, realizado pelo IEPHA/MG entre os dias 17 e 19 de setembro. O seminário reuniu pesquisadores do Brasil e de mais seis países que debateram, com mais de 200 participantes, os conceitos e apropriações da paisagem cultural, tema que vem sendo cada vez mais discutido em todo o mundo.

O seminário, fruto de parceria entre IEPHA/MG, Vale, Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), Escola de Arquitetura da UFMG, Instituto de Estudos de Desenvolvimento Sustentável (IEDS) e BDMG Cultural, contribuiu para o enriquecimento técnico de nossos servidores e se constituiu como oportunidade para discussão do tema com representantes de instituições estaduais, pesquisadores e estudantes. Agradecemos a todos pelo apoio, colaboração e participação.

Nesses 43 anos, nossas ações foram aprimoradas, sempre levando em consideração o trabalho integrado com as comunidades mineiras, guardiãs de nosso patrimônio. E é com este entendimento que conseguimos fazer uma construção coletiva da memória e garantir a proteção dos nossos bens culturais.

Fernando Viana Cabral  
Presidente do IEPHA/MG  
[fernando.cabral@iepha.mg.gov.br](mailto:fernando.cabral@iepha.mg.gov.br)

## Expediente

### GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador: Alberto Pinto Coelho

### SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Secretária: Eliane Denise Parreiras de Oliveira

Secretária adjunta: Maria Olívia de Castro e Oliveira

### INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Presidente: Fernando Viana Cabral

Chefe de Gabinete: Danielle Cristine de Faria

Diretor de Conservação e Restauração: Fioravante Vendramini

Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças: Dirceu Alves Jacome Júnior

Diretora de Promoção: Marília Palhares Machado

Diretora de Proteção e Memória: Angela Maria Ferreira

### BEM INFORMADO – INFORMATIVO DO IEPHA/MG

Textos e edição: Leandro Henrique Cardoso (MG 16780 JP)

Textos: Adalberto Andrade Mateus (MG 17581JP) e Ana Flávia Araújo (MG 14308JP)

Revisão gramatical: Isa Maria Marques de Oliveira

Diagramação: Pablo do Prado Soares (MG 1582 PP)

Fotos: Izabel Chumbinho

Impressão em papel Reciclado 90g/m<sup>3</sup>

Tiragem: 3.000 exemplares – Periodicidade: mensal

Impressão e acabamento: Usina do Livro

# Rodada do ICMS Patrimônio Cultural

## Agentes municipais de diversas partes do estado se reuniram em BH para o encontro

Por Leandro Henrique Cardoso

O auditório do CREA Cultural, em Belo Horizonte, esteve lotado na Rodada do ICMS Patrimônio Cultural, realizado no dia 11 de setembro pela diretoria de Promoção do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG. Cerca de duzentos e setenta agentes municipais vieram a Belo Horizonte para participar da rodada, que é uma atividade iniciada nesta gestão. O público alvo desta edição da Rodada foram os conselheiros municipais de patrimônio cultural, como representantes da sociedade organizada a quem cabe decidir os rumos das políticas de patrimônio de cada município.

A Rodada deste ano contou com a participação do Assessor da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Artístico de Minas Gerais,

Frederico Bianchini, que abordou o tema: Responsabilidades dos Conselheiros – aspectos cíveis, administrativos e criminais. “O Ministério Público estadual considera imprescindível o papel dos Conselheiros Municipais na defesa do patrimônio cultural. Nos municípios mineiros em que notamos uma política municipal eficiente, percebemos que tal fato se dá onde existe um conselho municipal forte, atuante e independente”, afirmou Frederico. O assessor ressaltou ainda a importância de mantê-los informados sobre suas responsabilidades, principalmente conscientizando-os de que são agentes públicos e devem sempre nortear os seus atos nos princípios que regem a Administração Pública, em especial os Princípios da Legalidade, Moralidade, Impessoalidade, Publicidade e Eficiência. “Fiquei muito contente em ver o auditório do CREA-MG lotado. Entendo que a busca da capacitação dos Conselheiros vai refletir tanto numa política municipal de preservação do patrimônio cultural mais eficiente, como o aumento da pontuação dos municípios participantes do ICMS Patrimônio Cultural. É preciso uma política efetiva de proteção, buscando o compromisso com o resultado”, acrescentou o assessor.

A analista de gestão, proteção e restauro do IEPHA, a arquiteta Maria Beatriz Clímaco foi uma das palestrantes, e falou sobre noções técnicas gerais para tomada de decisões por parte dos conselheiros na preservação do patrimônio material.

Para a diretora de Promoção do IEPHA/MG, Marília Palhares, as Rodadas trouxeram resultados significativos que podem ser confirmados na maior assertividade dos trabalhos desenvolvidos pelos agentes a partir de 2012. “A Rodada este ano teve como objetivos o esclarecimento de dúvidas dos municípios a respeito do trabalho desenvolvido por eles para receber pontuação, além de promover o encontro entre IEPHA e os gestores municipais”, disse Marília.

O presidente do IEPHA/MG, Fernando Cabral, destaca a participação, em grande número, dos municípios. “Ano passado tivemos cerca de cem cidades presentes na Rodada. Já este ano, mais de duzentos municípios enviaram seus representantes até à capital, o que demonstra interesse na efetivação da política de preservação do patrimônio local”, afirma Cabral.



Segundo a Secretária de Cultura do município de Conselheiro Lafaiete, Mauricéia Aparecida Ferreira Maia, a rodada é muito informativa e os municípios tem a oportunidade de esclarecer suas dúvidas. “É de grande importância a participação do município para fortalecer seus conhecimentos e interagir mais com os palestrantes, tendo a oportunidade de sanar dúvidas constantes diretamente com os técnicos do IEPHA que são preparados para orientar e direcionar os agentes municipais”, externou a secretária.

No primeiro ano, em 2011, a Rodada foi realizada apenas em BH, quando os participantes avaliaram o evento e sugeriram que a rodada acontecesse mais vezes e que fosse promovida em outros municípios também. No ano seguinte, atendendo às sugestões, foram realizadas seis rodadas, além de Belo Horizonte, cinco núcleos regionais criados pela Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais receberam o evento: Araçuaí, Governador Valadares, Pouso Alegre, São João Del Rei e Uberlândia. A terceira e quarta edições, a rodada passou a integrar o programa Minas Território da Cultura, promovido pelo governo de Minas e viabilizado pela Secretaria de Estado da Cultura. No ano passado a Rodada focou suas apresentações nos aspectos estruturantes da deliberação em vigor e, ao longo de 2014, vem levando informações técnicas e administrativas aos conselheiros municipais de patrimônio cultural, agentes municipais, representantes da comunidade local, integrantes do fórum colegiado cujas decisões têm importantes reverberações na efetivação da proteção do patrimônio cultural.

### Manifesto a favor do Patrimônio

O presidente das Cidades Históricas de Minas e prefeito de São João Del Rei, Helvécio Luiz Reis, participou da Rodada do ICMS Patrimônio Cultural e durante sua fala, conclamou os representantes dos cerca de 200 municípios pedindo mais empenho dos candidatos ao governo federal e estadual na condução de políticas voltadas à preservação das riquezas culturais. Um grupo de cinco de pessoas, coordenado por Helvécio, elaborou o documento com reivindicações e propostas. “A história e a cultura do povo brasileiro precisam ser preservadas no âmbito dos municípios. É aí que se encontram os belos casarões, artes sacras, ruelas, pontes, complexos ferroviários, museus e muitas outras manifestações culturais brasileiras”, afirma o texto do manifesto, encaminhado a todos os candidatos aos governos estadual e federal pela Associação das Cidades Históricas de Minas. Todos os presentes na Rodada foram favoráveis à elaboração da carta e seu envio aos candidatos dos poderes executivo e legislativo.

# Seminário discute conceito de Paisagem Cultural

Paisagem Cultural: chancela de proteção ou ferramenta de gestão do patrimônio? Esse e outros assuntos foram debatidos por estudiosos da França, Espanha, Argentina, México, Japão e Itália, além de palestrantes brasileiros.

Por Leandro Henrique Cardoso



**D**urante três dias, Belo Horizonte recebeu pesquisadores, professores, alunos e profissionais que atuam na preservação do patrimônio cultural do Brasil e do mundo para participar do seminário “Paisagem Cultural como Patrimônio”, realizado pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG.

Seis palestrantes internacionais e três nacionais relataram suas experiências aos convidados. No primeiro dia, Leoncio Alberto Orellana Vivanco (França), Silvia Fernandez Cacho (Espanha) e Vanessa Bello (São Paulo) expuseram sobre a gestão da paisagem cultural. No segundo dia, Luis Ignacio Gómez (México), Alejandra Cortanje (Argentina) e Rafael Winter Ribeiro (Rio de Janeiro) foram responsáveis pelo tema “paisagem cultural e comunidades”, além da palestra magna de Nobuko Inaba, que trouxe a visão japonesa sobre a paisagem. O terceiro e último dia de evento, Yves Dhau-Decuypere (França) Roberta Amirante (Itália) e Andrey Rosenthal Schelee (Brasília) propuseram uma reflexão sobre as transformações na paisagem.

O evento, coordenado pelo Professor Flávio Carsalade, reafirmou o compromisso do IEPHA/MG com a vanguarda dos instrumentos de proteção por meio de uma constante formação e qualificação de seu corpo técnico.

Cerca de duzentas pessoas, vindas de várias partes do estado e do Brasil, participaram do seminário que contou com mesa redonda e oficinas com exposição de casos apresentados pelos servidores do IEPHA.

## Mesas Redondas: Os casos do IEPHA

### Serra dos Cristais

As analistas de gestão, proteção e restauro do IEPHA/MG, Maria Beatriz Clímaco e Elizabeth Sales falaram no primeiro dia do evento sobre a Serra dos Cristais, um apêndice na Serra do Espinhaço, que fica entre a cidade de Diamantina e a Vila de Biribiri. Trata-se de uma região rochosa, vegetação escassa, cortada por vários córregos: Cristais, Lambari, Lajeado, Sentinela, Água Limpa, Tijuco, dentre outros. A **Serra dos Cristais**, também conhecida como **Serra do Rio Grande**, desempenhou importante papel na constituição do núcleo urbano, sendo a partir daí, com o **início da mineração**, que deu

**origem à cidade de Diamantina**. A serra tem forte presença na **composição da paisagem** de Diamantina e abriga nascentes, mirantes, cruzeiro e importante trecho histórico, Caminho dos Escravos. Para obtenção do título de **Patrimônio Mundial**, pela Unesco, o município teve que elaborar um **Plano Diretor (1999)** que definia área de proteção ambiental e histórica, não passíveis de ocupação ou transformação, inclusa na Serra. O Centro Histórico de Diamantina foi proposto para inscrição na lista do Patrimônio Mundial sob a justificativa de que ele forma com a Serra dos Cristais uma autêntica **“paisagem cultural”**. A Convenção do Patrimônio Mundial realizada pela **UNESCO** em Paris, em fevereiro de 1997, explica o que seriam “paisagens culturais”:

*“Representam obras combinadas da natureza e do homem que ilustram a evolução da sociedade e dos estabelecimentos humanos no decorrer dos tempos, na influência de pressões e/ou de triunfos apresentados pelo seu meio ambiente natural e as forças sociais, econômicas e culturais sucessivas, internas e externas”.*

### Projeto de Inventário do Rio São Francisco

O gerente de patrimônio imaterial, Luis Gustavo Molinari Mundim apresentou sua experiência à frente do Projeto de Inventário do Rio São Francisco que é coordenado pelo IEPHA/MG e executado em parceria com o Núcleo de História e Cultura Regional – NUHICRE da UNIMONTES. O projeto de Inventário para fins de Salvaguarda e de Proteção de bens culturais no vale do Rio São Francisco é um mapeamento que visa identificar, registrar, reconhecer o Patrimônio Cultural e estabelecer medidas de proteção para esses bens a partir da cultura ribeirinha. Dezenas de bens culturais foram qualificados em quatro categorias: saberes dos ofícios e modo de fazer, expressão e rito, celebração e lugares. O projeto possibilita conhecer por meio da identificação as várias manifestações dos saberes e fazeres das comunidades situadas ao longo do médio São Francisco, trecho navegável compreendido entre as cidades de Pirapora e Manga, no norte de Minas Gerais, contemplando um total de 17 localidades.

## | Biribiri

Outro caso exposto pelo IEPHA e conduzido pelas gerentes Andrea Sasdeli e Alessandra Deotti, foi a Vila de Biribiri (conhecida também como “Buraco Fundo”) que está localizado no distrito de Sopa, cerca de treze quilômetros de Diamantina. No interior da Vila havia uma fábrica de tecidos, inaugurada em 1876 e chegou a empregar aproximadamente 600 pessoas e desde 1950 passou a pertencer à família Mascarenhas. Em 1973 a fábrica foi desativada e o conjunto arquitetônico do povoado sofreu com a desocupação e com a estagnação econômica. O IEPHA/MG propôs a **salvaguarda de Biribiri como patrimônio histórico, paisagístico e artístico** através da medida legal do **tombamento**, que foi homologado em **11 de novembro de 1998**. O objetivo dessa ação foi preservar a riqueza deste núcleo de valor excepcional em sua ordenação urbana, sua implantação e paisagem privilegiada. A harmonia de seus elementos com as características formais e tipológicas o identifica como um **conjunto urbano representativo dos primórdios da industrialização em Minas e a história de vidas que marcaram a região. Esse instrumento de salvaguarda é uma forma de atentar-se para a descaracterização arquitetônica, bem como à preservação paisagística da área.**

Para o presidente do IEPHA/MG, Fernando Cabral, o seminário serviu como oportunidade para reunir pessoas do mundo inteiro e discutir um assunto tão importante como este. “Paisagem cultural é um tema de grande relevância no Brasil, portanto, trazer pessoas que já dominam o assunto para nos orientar é o primeiro passo para tentarmos fazer a gestão do patrimônio cultural de maneira mais eficiente e com resultados mais positivos”, afirmou Cabral.

Para Silvia Fernández Cacho, chefe do Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico da Espanha, os três entes federativos precisam ser acionados pelos órgãos de preservação do patrimônio em busca de parcerias. “Se as instituições não fizerem parcerias com prefeituras, estados e união, poucos projetos na área serão implementados”, disse Silvia em sua apresentação no primeiro dia de evento que teve como tema central a “a gestão da paisagem cultural”.

No segundo dia de seminário, Alejandra Kortange, da Argentina, trouxe sua experiência com comunidades indígenas e rurais daquele país. Segundo Alejandra, parte dos trabalhos desenvolvidos por ela é oriunda de reivindicações das próprias comunidades. “Fizemos um estudo teórico sobre paisagem cultural a partir do ponto de vista de uma comunidade indígena remanescente de uma guerra contra os espanhóis”, explicou a argentina, destacando ainda que o intuito da pesquisa foi de auxiliá-los, questionando como eles gostariam de gerir aquele patrimônio cultural.

Ainda dentro do tema que envolve paisagem cultural e comunidades, o mexicano Luis Ignacio Gómez Arriola compartilhou sua experiência como arquiteto perito em monumentos históricos, no Instituto de Antropologia e História, em Jalisco, México. O trabalho apresentado por Luis Ignacio no segundo dia de seminário mostrou que a capacitação da mão-de-obra e a participação do grupo no desenvolvimento sustentável, está fazendo a diferença na gestão do patrimônio cultural daquela comunidade.

A participação popular foi um dos desafios encontrados no Rio de Janeiro, depois da inscrição da cidade na lista da Unesco como patrimônio cultural da humanidade. Segundo Rafael Winter, pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a inscrição do Rio foi tarefa árdua. “O Rio queria ser inscrito na lista da Unesco para melhorar a gestão do seu patrimônio cultural, e não simplesmente para ganhar mais um título de cidade bonita”, afirmou Rafael. As transformações na paisagem foi tema do terceiro e último dia de seminário. O francês Yves Dau-Decuypere, advogado, geógrafo, e urbanista de Lille na França e gestor da *Mission Bassin Minier*, agência de reconversão econômica, ambiental e urbana da extinta bacia mineira da região, cuja capital é Lille. Ele trouxe o exemplo da agência, responsável por reestruturar a cidade de Nord-Pas-de-Calais, que tinha a mineração como principal

atividade econômica e hoje, depois de 20 anos após o ciclo mineral, tem a economia voltada para o turismo. Yves esteve em abril deste ano na cidade de Congonhas durante a expedição às cidades pertencentes ao Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba (Codap).

No mesmo dia teve apresentação da italiana Roberta Amirante da Universidade de Nápoles. Ela foi diretora da Escola de Especialização em Arquitetura e Desenho Urbano no período de 2001 a 2004. Os trabalhos dela sobre a arquitetura da cidade contemporânea questionando a lógica da análise urbana tradicional em favor de um processo de síntese. Roberta tem pesquisado sobre as áreas portuárias e zonas costeiras de Nápoles e de forma mais geral sobre a questão da infraestrutura e sua relação com a paisagem urbana. A pesquisadora italiana trouxe uma reflexão sobre o qual devemos ter um novo olhar sobre o patrimônio. “Patrimônio não deve ser considerado apenas como monumento isolado, e sim como documento”, afirmou.

Encerrando as rodadas de palestras do seminário, Andrey Rosenthal, compartilhou a sua experiência como Diretor do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Ele falou sobre as interferências realizadas em cidades planejadas que não levam em consideração os projetos originais de cada uma delas. O diretor mencionou como exemplo Brasília, que ao longo dos anos sofreu diversas intervenções, transformando-a em um local bem diferente da proposta do projeto original que a concebia.

Especialistas, estudiosos e profissionais que atuam na preservação do patrimônio cultural saíram do seminário com muitas informações e conceitos, os quais, certamente, farão parte de discussões técnicas relacionadas ao tema futuramente.

O Seminário Internacional Paisagem Cultural como Patrimônio foi patrocinado pela Vale e Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG e contou com transmissão traduzida simultânea em português, inglês e espanhol para os convidados e palestrantes.



Na abertura do Seminário os convidados assistiram uma apresentação emocionante do Trio Amadeus. O grupo, formado por Marcelle Chagas (harpa e voz), Fábio Lopes (violão e voz) e Rafael Marcenés (violino), fizeram uma releitura de clássicos da música erudita e encantou a todos.



## ENTREVISTA – Flávio Lemos Carsalade



**F**lavio de Lemos Carsalade é arquiteto formado pela Escola de Arquitetura da UFMG (1979), mestre em arquitetura pela Escola de Arquitetura da UFMG (1997), doutor em arquitetura pela UFBA (2007). Professor da Escola de Arquitetura da UFMG desde 1982, onde também exerceu a diretoria (2008-2012) e a vice-diretoria (1989-1991) e várias atividades de pesquisa e extensão. Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil/MG nas gestões 1996-1997 e 1998-1999 e do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais entre 1999 e 2002. Foi Secretário Municipal de Administração Regional Pampulha, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte no período de 2003 a 2007. Profissional de arquitetura e urbanismo, realizou em diversas partes do Brasil mais de 300 projetos nessas áreas, sendo premiado em vários. Autor dos livros “Arquitetura: Interfaces” e “Pampulha”, além de capítulos em outros livros e artigos em revistas especializadas e periódicos nacionais e estrangeiros. Foi um dos organizadores do Seminário Internacional Paisagem Cultural como Patrimônio, realizado pelo IEPHA em setembro, do qual falou mais sobre o tema por meio da entrevista a seguir.

**Recebemos em Belo Horizonte, no mês de setembro, seis estudiosos internacionais que falaram sobre paisagem cultural. Qual a importância de se discutir esse tema?**

O tema da paisagem cultural é hoje um tema muito importante para reflexão, não apenas porque se apresenta como uma nova categoria de patrimonialização, já adotada pela UNESCO e IPHAN, mas principalmente porque suscita questões contemporâneas muito pertinentes tais como: “categorias” de patrimonialização são uma boa forma de registros e proteção de bens? A paisagem cultural não seria uma boa maneira de se superar a categorização? Ao se falar em paisagem, considera-se apenas as paisagens

rurais, os jardins históricos, a natureza transformada pelo homem, ou também nela poderíamos abranger núcleos urbanos em constante processo dinâmico? Ao se falar em paisagem, incluem-se as questões ligadas à sua constante transformação: como interagir esse processo contínuo de câmbio com critérios de preservação mais imobilistas e “congelados”? Paisagem implica sujeito e objeto: como incluir em objetos supostamente “fixos”, a constante mutação dos sujeitos? Todas essas, como se vê, são indagações contemporâneas ligadas à questão epistemológica da preservação patrimonial que precisam ser enfrentadas por nós, especialistas da área.

**O que o senhor considera como paisagem cultural?**



Paisagem Cultural, para mim, é basicamente aquela paisagem natural ou construída que tem significado para as comunidades e populações. Nesse sentido, ela ultrapassa, portanto, as classificações de cenário pitoresco - um quadro imóvel - ou de uma caracterização meramente geográfica, compreendendo qualquer paisagem que ganhe significado para o indivíduo e seu grupo cultural, seja ela natural ou construída, posto que é fundamental o entendimento das relações que se estabelecem entre ela e sua apreensão subjetiva ou melhor, intersubjetiva. De certa maneira, o conceito de "paisagem cultural" se aproxima do conceito de "território" muito utilizado pelos geógrafos, que compreendem o sítio em processo de transformação pelas sociedades e as dinâmicas transformadoras que nele ocorrem. Neste sentido, a paisagem cultural seria o resultado da sobreposição de memórias, histórias, acontecimentos, narrativas, identidades e valores (cultura) sobre uma porção territorial determinada, em pleno processo dinâmico.

**A realização do evento foi uma parceria entre IEPHA e Escola de Arquitetura da UFMG. O que essas duas instituições podem fazer para que o conceito de paisagem cultural seja implementado em seus trabalhos técnicos?**

A parceria IEPHA e EA-UFMG é muito antiga, remonta quase à época mesmo da fundação do IEPHA nos anos setenta do século passado. Ela pressupõe uma troca constante de material humano, mas também organização de eventos e elaboração conjunta de trabalhos científicos, mas é, talvez, na relação entre reflexão teórica e a prática da proteção do patrimônio que ela se mostra mais profícua. Foi sobre essa relação que se estruturou o nosso seminário: nas manhãs, abordagens teóricas e às tardes uma reflexão sobre a prática do próprio IEPHA, onde se verificaram os rebatimentos teóricos.

**De que maneira os palestrantes foram escolhidos?**

Procuramos criar uma composição de especialistas nacionais e estrangeiros, em sua maioria expoentes da reflexão atual sobre o tema, mostrando diferentes formas de atuação sobre a paisagem, desde motivações mais "imateriais" como a produção da tequila no México até diferentes formas de se conceber patrimônio e autenticidade – como a postura oriental aqui

representada pelo Japão – passando por diferentes tipos de paisagens, como aquelas pós mineradas, como no caso da região francesa de Nord-Pas-de-Calais. Como a questão da gestão da paisagem é muito complexa, dada a sua realidade em transformação, procuramos também chamar especialistas em gestão para nos possibilitar diferentes visões. Complementamos o conceito do evento, também procurando associar problemas específicos de cada uma das três diretorias do IEPHA com as especialidades dos palestrantes convidados.

**Minas Gerais é detentora de cerca de 60% do patrimônio cultural brasileiro. Quais os desafios para a gestão de um patrimônio como o do nosso estado? Já que a palavra "gestão" foi muito mencionada durante o seminário.**

Gestão é uma ação que abrange uma gama variada de ações, desde aquelas ligadas à sustentabilidade e critérios aplicados de preservação, mas também aquelas ligadas à fiscalização e articulação de agentes e ações setoriais. O Programa do ICMS Patrimônio Cultural de nosso Estado faz com que o IEPHA assumira uma posição referencial para os municípios também com relação à gestão, razão pela qual os técnicos do IEPHA devem estar sempre atualizados com o tema e possam exercer, na sua prática cotidiana, o potencial multiplicador que caracteriza a instituição.

**Quais os próximos passos após a realização do seminário? O que os órgãos de proteção do patrimônio devem fazer com as informações oriundas do seminário?**

Imagino que as reflexões produzidas no seminário devam ser objeto de uma metabolização interna dentro do IEPHA, talvez em seminários locais ou na revisão de algumas de suas práticas. É sempre salutar a oxigenação de nossas instituições com a abertura de novas fronteiras que a academia sempre traz, da mesma forma que essas práticas sempre alimentam as pesquisas acadêmicas. É um processo evolutivo, ao qual não podemos nos furtar.



## MEMÓRIA VIVA DO IEPHA/MG

# Joacir Concelos e suas viagens: retratos sobre o belo através do patrimônio cultural

Por Ana Flávia Araújo



Joacir Silva Concelos é arquiteto, servidor público estadual e há 37 anos trabalha no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, IEPHA/MG. Em 1974 Joacir foi convidado, pelo então presidente Luciano Amedeé Peret, para fazer um estágio na instituição. O trabalho que, inicialmente, seria apenas de seis meses perdurou por um ano. Em 1978 o IEPHA promoveu uma seleção para contratar dois arquitetos, Joacir passou em primeiro lugar. Já em março do mesmo ano foi promovido a gerente. O servidor conta que cresceu junto com as conquistas do IEPHA. Joacir descreve que a Escola de Arquitetura da UFMG foi a grande responsável pelo baluarte da instituição. Professores e diretores da escola de arquitetura tiveram a ideia de criar o órgão, devido à necessidade do Estado em ter uma instituição que abraçasse a causa, que cuidasse de um dos maiores acervos do Brasil. “O fator mais importante do patrimônio é o resgate, e o IEPHA foi um marco para a restauração, portanto alego que existe uma preservação de patrimônio antes e depois do IEPHA” afirma.

Ao falar de suas expectativas como servidor do IEPHA, Joacir conta que nunca pensou em fazer restauração, mas foi se harmonizando com o patrimônio, adquirindo amor pela restauração e não conseguiu mais se afastar do “belo” que o patrimônio oferece. Destaca também a importância da participação da comunidade em todo o processo de restauração e preservação de um monumento histórico. O servidor relembra que um dos papéis de maior destaque do IEPHA foi a preparação da comunidade para participar das restaurações de um bem próprio. Ao solicitar a restauração de um bem, a instituição enviava um restaurador ao local, esse profissional

recrutava jovens da região e ensinava o ofício preparando-os sobre a importância da preservação. A comunidade participava da restauração e essa interação era de grande valor cultural para a sociedade, pois concluir uma obra em conjunto com a comunidade é compreender a importância da participação ativa de todos em prol da preservação de um bem cultural. “O resgate da memória é muito importante, isso faz com que todos que trabalham no IEPHA se apaixonem pelo patrimônio, é patrimônio é igual à cachaça bebeu uma vez vicia”, declara emocionado Joacir.

Segundo Joacir as cidades do interior têm seus registros, suas peculiaridades, assim como o IEPHA tem sua história e suas contribuições. Ele destaca que entre tantos trabalhos do órgão o resgate do Patrimônio de Catas Altas como a “menina dos olhos” da instituição. A transformação começou em 1983, quando a cidade ainda era distrito de Santa Bárbara e teve o apoio da prefeitura. Atualmente Catas Altas é referência patrimonial para todas as cidades mineiras. “No patrimônio você vê o que você se propõe a fazer, portanto o belo está no monumento independente da época, do valor cultural, arquitetônico e histórico. A semente é lançada a comunidade a semeia e vibra com os resultados. Isso é muito bem visto, e assim começa o desenvolvimento, nos mínimos detalhes”, declara Joacir.

Em relação à expectativa da aposentadoria, Joacir relata que não vai se afastar completamente. Vai continuar seus trabalhos na área de Patrimônio e demonstra o desejo de passar suas experiências para outras pessoas. O servidor afirma o desejo de escrever um manual de como ver o Patrimônio com outros olhares, pois o saber olhar e identificar um patrimônio são importantes para a preservação de um bem, por isso a importância do ver. Além de aproveitar o tempo para viajar e conhecer coisas diferentes, mas sempre relacionadas ao Patrimônio. “Tudo que eu sou como profissional eu agradeço ao IEPHA. Os primeiros conhecimentos eu adquiri na faculdade, mas a bagagem de experiência, dedicação e amor foram adquiridas aqui na instituição com o passar do tempo”, declara Joacir.

Joacir declara seu respeito e admiração pelo ex-presidente do IEPHA Luciano Amedeé Peret. Segundo ele, o ex-presidente do órgão tinha o dom de transformar o cidadão sem sensibilidade nenhuma para a obra de arte, num ferrenho defensor da preservação do Patrimônio. “Luciano foi um dos homens mais importantes na preservação da cultura mineira. O Patrimônio deve muito a ele que sempre foi muito dedicado”, declara o servidor.



# Servidor do IEPHA/MG Walter Florêncio é homenageado em Piranga

Por Ana Flávia Araújo



**W**alter Aparecido Florêncio, servidor do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais IEPHA/MG recebeu a medalha de Comenda dos Emboabas em agradecimento aos trabalhos prestados em Piranga, distrito de Santo Antônio do Pirapetinga, na festa anual do Jubileu do Senhor do Bom Jesus de Matozinhos de Bacalhau. A medalha foi entregue em agradecimento pela parceria e pelos trabalhos de levantamento, acompanhamento e orientação para proteção dos bens tombados como o Santuário do Bom Jesus do Matozinhos, a Igreja Matriz de Santo Antônio e o projeto de reconstrução da Capela do Rosário. Essa homenagem acontece todos os anos na cidade durante os festejos do mês de agosto, e só recebem a comenda pessoas que de alguma forma se dedicaram a fazer uma benfeitoria para proteger os monumentos e seu entorno. Walter relata que foi

surpreendido com o convite e declara sua satisfação com o resultado do seu trabalho em parceria com a sua colega Delmarí Ângela Ribeiro, ao município. “Meu trabalho me deu a honra de receber uma medalha, são poucas pessoas que já receberam essa homenagem, não sei narrar tão grande foi a emoção”, afirma Walter.

Durante dezessete anos prestando serviços ao município de Piranga, o servidor acompanhou projetos que engrandeceram o patrimônio local, trabalhou para preservar a história do município e estreitou sua relação com a comunidade. Segundo Walter, a comunidade é muito organizada, ativa e de fácil interação. A amizade conquistada com os moradores durante todo esse tempo tornou a relação entre eles pessoal e familiar. “Sou convidado para as festividades do município e também para ir às casas de alguns moradores, a receptividade é grande, tomo um cafezinho, bato uma boa prosa mineira me sinto em casa”, declara o servidor.

A festa anual do Jubileu do Senhor do Bom Jesus de Matozinhos de Bacalhau acontece entre os dias primeiro e quinze em agosto, sabe-se que o evento ocorre desde o século XVIII. Moradores e fiéis de vários municípios se dirigem ao Santuário do Senhor Bom Jesus para fazer suas preces e seus pedidos. O Senhor Bom Jesus é conhecido por atender aos pedidos de seus devotos, e uma forma de agradecer pelas graças alcançadas é fazendo uma caminhada de Piranga ao Distrito de Santo Antônio do Bacalhau.

## 50 anos da Carta de Veneza

Há cinco décadas, o segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, realizado na Itália deu origem a carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios: a Carta de Veneza. O documento foi elaborado após concluir-se que os princípios da Carta de Atenas (escrita em 1931) precisavam de um alcance maior. A Carta de Veneza estabeleceu que o *“conceito de monumento histórico engloba, não só as criações arquitetônicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico. Este conceito é aplicável às grandes construções como também às realizações mais simples que tenham significado cultural com o passar do tempo”*.

Adebal de Andrade Junior, doutorando em Antropologia Cultural pela Universidade Federal do Rio Janeiro e mestre em Ciências Sociais pela PUC Minas, destaca que o fato das “obras modestas” e das “grandes criações” terem sido constadas na Carta como patrimônio cultural foi muito importante. “O texto sinaliza uma orientação incluída nas ações de reconhecimento do que é patrimônio cultural e menos hierarquizado socialmente”, disse Adebal. Ainda segundo ele, outro aspecto interessante do texto é a preocupação em destinar o bem preservado para uma função útil à sociedade, identificando nesse ato uma forma de conservação do

patrimônio. “Essa orientação da Carta aponta o quanto é importante, na gestão dos patrimônios, pensar o uso e ocupação desses objetos, bem como estratégias para a sua apropriação pelos indivíduos”, continua.

A Carta de Veneza também definiu que a conservação e a restauração dos monumentos devem recorrer à colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a proteção do patrimônio.

As cartas patrimoniais têm por objetivo orientar e promover a preservação do patrimônio e possuem um importante papel na inserção do tema patrimônio cultural na agenda internacional. Elas estimulam os governos de diferentes países a desenvolverem ações de proteção do seu patrimônio cultural. “As cartas têm propósitos distintos, mas em última instância visam à proteção e a salvaguarda do patrimônio por meio da divulgação de acordos multilaterais que determinam princípios e recomendações para conservação, restauração, identificação e gestão dos patrimônios culturais”, descreve Adebal.

Após a Carta de Pero Vaz de Caminha (relatando o descobrimento na qual ele descreve os primeiros contatos com a “nova terra” e seus habitantes), escrita no ano de 1500, considerada a primeira obra literária brasileira, outras 47 cartas patrimoniais também foram produzidas.

BEM DESAPARECIDO

# Nossa Senhora do Rosário – Campanha MG

Por Ailton Batista



No ano de 1208, Nossa Senhora fez uma aparição a São Domingos Gusmão e o ensinou a pregar o Rosário, também chamado Saltério de Maria, em lembrança dos 150 salmos de Davi para a salvação das almas e a conversão dos hereges. Apoiado por Nossa Senhora do Rosário, São Domingos iniciou a conversão dos hereges albigenses.

Em 7 de outubro 1571, sob a proteção de Nossa Senhora do Rosário, os católicos vencem os turcos na batalha do Mar de Lepanto. Em agradecimento, o papa Pio V instituiu nesse dia o culto a Nossa Senhora do Rosário, instituindo uma das principais devoções do catolicismo luso-brasileiro.

Em homenagem a Nossa Senhora do Rosário informamos o desaparecimento da imagem que foi furtada juntamente com outros 27 itens do Museu Regional do Sul de Minas, na cidade de Campanha. Na madrugada do dia 6 de março de 1993 o referido museu foi arrombado. Entre as peças desaparecidas destacam-se imagens, oratórios, alfaias e outros objetos dos séculos XVIII e XIX.

A imagem de Nossa Senhora do Rosário está desaparecida e possui as seguintes características: peça em madeira policromada, datada do século XIX, possui 49 cm de altura, 19,5 cm de largura e 16,1 cm de profundidade. Caso saiba alguma informação sobre o paradeiro da peça, você pode contatar o IEPHA/MG pelo telefone (31)3235-2800 Ou pelo fale conosco do site do IEPHA.

## BEM PROTEGIDO

# Centro histórico e Igreja Matriz de São Thomé das Letras

*O tombamento estadual do Centro Histórico do município de São Thomé das Letras foi aprovado pelo Decreto Estadual nº 24.328, de 22 de março de 1985, sendo determinada sua inscrição nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro do Tombo Histórico, das obras de Arte Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos. Em 24 de abril de 1996, a proteção do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Centro Histórico de São Thomé das Letras e Igreja Matriz de São Thomé das Letras foi retificada, com a homologação que determinou o lançamento da inscrição do tombamento nos Livros I, II, III e IV, respectivamente Livro Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro do Tombo de Belas Artes, Livro do Tombo Histórico, das obras de Arte Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos e Livro do Tombo das Artes Aplicadas.*



Chamado “ciclo do ouro” em Minas Gerais, iniciado por volta do ano de 1700, com a descoberta de metais preciosos na região central do estado, muitos municípios tornaram-se conhecidos por conta dessa descoberta. A cidade de São Thomé das Letras que se encontra no sul da região, na Serra da Mantiqueira, adquiriu as características específicas dos municípios do “Sul de Minas”, que produziam e forneciam produtos para a população local. A região “Sul de Minas” foi conhecida também pelo cultivo do “ouro verde”, o café.

Os registros rupestres encontrados em sítios arqueológicos da região, como o da “Toca do Leão”, localizado no parque do município, e o da “Gruta de São Thomé das Letras”, que fica ao lado onde foi construída a Igreja Matriz, evidenciam que a ocupação do território remonta ao período pré-cabralino.

A gruta de São Thomé, responsável pela designação do município, foi cenário de uma das lendas que buscam explicar a origem de seu povoado. Após a dizimação da população indígena pelos colonizadores portugueses que eram integrantes das bandeiras que desbravavam o território mineiro em busca de metais preciosos, a região passou a ser ocupada por fazendas. Os registros locais apontam o estabelecimento do português João Francisco da Junqueira na região por volta de 1740, como proprietário da Fazenda Campo Alegre. Segundo a lenda local, um escravo fugido que atendia pelo nome de João Antão, teria encontrado dentro de uma gruta um homem misterioso que, após ouvir a sua história de sofrimento, dera-lhe uma carta para ser entregue ao seu dono. Ao tomar conhecimento do escrito, o fazendeiro pediu para ser levado à gruta. No local a comitiva encontrou uma imagem de São Thomé. João Francisco concedeu alforria a João Antão e a imagem foi levada para a fazenda. A história envolta em aura de mistério, conta que a imagem teria retornado à gruta, com isso estimulou a edificação de uma capela no próprio local em que se constituiu o altar para São Thomé. A capela e a devoção a São Thomé teriam sido motivos para a formação do núcleo de povoamento.

Segundo os registros oficiais, a primitiva capela foi erguida por provisão de 23 de março de 1770, de iniciativa do Padre Francisco Alves Torres. A atual Matriz, segundo marco na edificação, teria sido iniciada em 1785. Presume-se que as obras dessa nova construção tenham sido de iniciativa de João Francisco da Junqueira que foi sepultado no interior da igreja em 1819.

Hoje, à luz das Ciências Sociais e da Nova História desenvolvidas em meados do século XX, esse episódio sugere várias interpretações. Por um lado, é histórico e de conhecimento geral os muitos casos de “escravos fujões”

revoltados com a condição de martírio diário sofrido que, após sua captura, lançavam mão de artifícios passíveis de amenizarem a ira de seus algozes. Por outro lado, cabe considerar que as inscrições rupestres dessa gruta, caracterizadas por letras, desde cedo despertaram a atenção e até mesmo certo culto diante do desconhecimento de sua significação. A edificação de uma capela a seu lado, tornando-se o altar de uma imagem sagrada supostamente proveniente do interior dessa gruta (o São Thomé “das Letras”). Esse fato auxiliou, sobretudo, na transferência de uma crença desconhecida para os moldes do culto religioso que era seguido nas colônias e, desse modo, também realizado em um espaço oficializado.

A Igreja Matriz de São Thomé das Letras, representativa da estética empreendida durante o período colonial, foi edificada com a utilização da matéria-prima em abundância que se tornou a característica da arquitetura local. O quartzito encontrado na região, e que, após lavrado, passou a ser popularmente conhecido pela pedra “São Thomé”, foi matéria comum a maioria das primeiras construções locais. Ele foi muito utilizado nas obras por meio da técnica da alvenaria estrutural de pedras secas, assentadas pela sobreposição de lascas irregulares sem o uso de aglomerantes.

Apresentando paredes externas com cerca de meio metro de espessura e um altar escalonado típico da fase barroca conhecida como rococó, o templo tem suas demais características estilísticas bastante representativas das construções religiosas do período. O apuro das pinturas do forro da nave e do altar dessa igreja, de autoria de Joaquim da Natividade, já suscitou o interesse do IPHAN por seu tombamento nacional. Em 1824, o templo recebeu a visita do bispo D. Frei José da Santíssima Trindade, que reconheceu “o trono de talha dourada moderna e de melhor gosto”.

Mesmo com a atuação do IEPHA/MG que, desde o tombamento em 1985, busca amenizar as rápidas alterações provocadas pelo crescimento urbano, e com o fortalecimento das políticas culturais municipais, o centro histórico sofre ainda com o abalo das explosões das jazidas de pedra. A intensidade da atividade exploratória constitui-se em um grande fator de risco à integridade estrutural das edificações históricas locais, bem como um fator acelerador do processo de degradação da natureza e do meio ambiente.

Mais informações sobre esse bem tombado podem ser conferidas no capítulo 87 da 1ª Edição do Guia de Bens Tombados IEPHA/MG, de autoria de Sávio Tadeu Guimarães e Adalberto Andrade Mateus.

# IEPHA conclui três processos de tombamento

Por Leandro Henrique Cardoso

## **Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Fazenda Santa Clara**

O Conselho Estadual de Patrimônio Cultural – CONEP – aprovou por unanimidade nos meses de agosto e setembro o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Ferroviário de Ribeirão Vermelho (Sul de Minas), do Conjunto Arquitetônico da Fazenda Santa Clara localizada no município de Santa Rita de Jacutinga (Zona da Mata) e do Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Arqueológico das Escolas Dom Bosco – antigo Quartel do Regime de Cavalaria de Minas Gerais (Campo das Vertentes).

Representantes da administração pública de Ribeirão Vermelho e um dos legatários da Fazenda marcaram presença na reunião do CONEP realizada em agosto e ouviram atentamente as leituras dos pareceres favoráveis aos dois tombamentos.

“É uma sensação indescritível, me senti abraçado por todos”, externou o advogado José Mendes Honório, um dos herdeiros do casarão, ressaltando ainda as técnicas construtivas da obra na Fazenda Santa Clara. Desde 2008 a equipe da Gerência de Patrimônio Material coordena o levantamento histórico e arquitetônico do local, a 335 quilômetros da capital. A Santa Clara, ou Mansão dos Fortes, fica às margens do rio Preto, divisa entre os estados de Minas e Rio de Janeiro. A Fazenda teve sua origem na segunda metade do século XVIII e se destaca por sua localização estratégica entre o Caminho Novo e o Caminho Velho da Estrada Real. A área tombada do Conjunto Arquitetônico da Fazenda Santa Clara compreende o conjunto construído pela edificação sede e demais construções destinadas às atividades produtivas da propriedade. O tombamento do conjunto ainda preserva sua técnica construtiva original – a tulha, a antiga senzala, o silo, o reservatório d’água, o lavador de café, os terreiros de café, laticínio, o paiol, a pocilga e o agenciamento do núcleo incluindo os jardins. O casarão sede serviu de cenário para a novela Terra Nostra, exibida entre 1999 e 2000 na TV Globo.

## **Conjunto Arquitetônico e Paisagístico e Ferroviário de Ribeirão Vermelho**

O Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Ferroviário de Ribeirão Vermelho recebeu em 2004 a proteção municipal e, desde 2006, visando o tombamento em nível estadual – técnicos da gerência de patrimônio material realizam estudos históricos e arquitetônicos.

O conjunto representa expressão de referência da arquitetura industrial produzida em Minas no século XIX, possuindo linguagem arquitetônica eclética, compreendendo: prédio da estação ferroviária, rotunda, edificação do armazém de baldeação da estação ferroviária, oficinas da estação ferroviária, edificações em arruamento, casa residencial do agente, casa do chefe das oficinas e os trilhos do pátio, já soterrados.

A rotunda, construída em 1895, é o maior edifício do conjunto ferroviário com estrutura metálica vinda de Glasgow da Escócia, telhas cerâmica de Marseille da França e equipamentos que vieram da Inglaterra para seu funcionamento iniciado em 1896. No interior, realizavam-se a manutenção, montagens e reparações das locomotivas e vagões, e após o fim das locomotivas a vapor houve uma substituição gradativa por máquinas movidas a diesel. Nos anos 1960, passou a ser utilizada como depósito.

Luciana Feres, uma das conselheiras do CONEP presentes na reunião, lembrou que alguns colegas de faculdade fizeram trabalhos acadêmicos sobre o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Ferroviário de Ribeirão Vermelho. “Tive colegas da faculdade de arquitetura que escolheram Ribeirão Vermelho para seus trabalhos de conclusão de curso justamente pela riqueza arquitetônica presente no local”, disse Luciana.

*“Um trem-de-ferro é uma coisa mecânica, mas atravessa a noite, a madrugada, o dia, atravessou minha vida, virou só sentimento”, disse Adélia Prado, filha de ferroviário ferramenteiro, em um de seus poemas.*

## **Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Arqueológico das Escolas Dom Bosco – antigo Quartel do Regime de Cavalaria de Minas Gerais**



O Antigo Quartel do Regimento de Cavalaria das Minas Gerais tem sua história ligada a um longo processo de especialização policial de militares na região das lavras, que iniciou-se em 1719, com a chegada dos Dragões d’El Rey em Vila Rica (atual Ouro Preto), em duas companhias recrutadas em Portugal. Localizada no município de Ouro Preto, distrito de Cachoeira do Campo, o conjunto teve vários usos desde sua implantação: Quartel do Regimento de Cavalaria de Minas Gerais (1779); Estabelecimento das Manadas Reais (Coudelaria Real, 1819); Colônia Agrícola Dom Pedro II / Cesário Alvim (1889); Escola Dom Bosco (1897-1997); e desde 2012 abriga trabalhadores da região. Além de seu grande valor histórico adquirido ao longo do tempo, o conjunto apresenta importância arquitetônica, preservando técnicas construtivas e estilos característicos de cada época. O Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Arqueológico do antigo Quartel do Regimento de Cavalaria de Minas Gerais é composto pelas seguintes edificações: Edificação principal, Mausoléu, Residência do caseiro, Curral, Serraria e Antiga Residência de Augusto de Lima Júnior.